

REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A IDENTIDADE RACIAL DE CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

REFLECTIONS ABOUT RACIAL-ETHNIC RELATIONS AND RACIAL IDENTITY OF CHILDREN OF ELEMENTARY SCHOOL

Danielle Felisberto de Souza¹

Manoel Nelito M. Nascimento²

RESUMO:

Este texto tem como objetivo apresentar e analisar as atividades desenvolvidas com alunos de uma Escola Municipal de São Carlos tendo como temática central as relações étnico-raciais com enfoque para a discussão sobre a formação da identidade. Considerando a escola como parte da sociedade, que constrói e contribui para a disseminação de conhecimentos preconceituosos, racistas e discriminatórios, homogeneizando as culturas, exaltando uma e inferiorizando outras. Partindo destas ideias, busca-se neste texto discutir a superação das relações preconceituosas e racistas e sobretudo buscar a valorização da identidade das crianças negras, para que estas possam ter sua história e cultura valorizada. Para tal, ressaltamos a importância e a urgência da discussão desta temática na formação inicial e também continuada de docentes. O Pibid é uma das possibilidades para enfrentar e ter contato desde o início da docência com uma temática tão relevante e importante para a superação das desigualdades.

Palavras-chave: Relações étnico-raciais. Identidade. Valorização.

ABSTRACT:

This text discuss to present and analyze the activities with students of a school in São Carlos, SP, Brazil taking as central thematic relations ethno-racial focusing on the discussion of identity formation about children. Considering the school as part of the society that builds and contributes to the spread of knowledge prejudiced, racist and discriminatory, homogenizing cultures, exalting one and abash other. Based on these ideas, this article seeks to discuss the relationships of overcoming prejudice and racist and above all to increase the value of the identity of black children, so that they can have their history and culture valued. To this end, we emphasize the importance and urgency of the discussion of this topic in initial and continuing teacher education also. The Pibid is one of the possibilities to meet and have contact from the beginning of teaching with a topic so relevant and important for overcoming inequalities.

¹ Graduanda da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e bolsista do Programa de Iniciação a Docência (Pibid). E-mail: danifsouza90@gmail.com

² Doutor em educação pela Unicamp. Professor do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: mnelito@yahoo.com.br

Keywords: Ethno-racial relations. Identity. Enhancement.

1 PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES COM A TEMÁTICA

O presente trabalho tem como objetivo relatar, discutir e refletir sobre as experiências vivenciadas em uma Escola Municipal da cidade de São Carlos no âmbito das atividades desenvolvidas pelo Programa de Iniciação a Docência (Pibid). Durante o segundo semestre do ano de 2012, trabalhamos a temática “Relações Étnicorraciais” com as crianças do Programa Mais Educação³, apresentando e discutindo a importância da valorização da cultura africana e da cultura afro-brasileira.

Neste artigo apresentaremos as atividades feitas e abordaremos mais especificamente a questão da identidade racial das crianças.

Apesar de utilizarmos e termos como base as Diretrizes Nacionais para o Ensino das Relações Étnico-Raciais, bem como a Lei n° 10.639/03, na prática, durante o desenvolvimento do projeto, surgiram muitas indagações, dúvidas, incertezas.

Trabalhar com esta temática envolve a subjetividade de indivíduos construídos social e historicamente e que muitas vezes estranham ou até mesmo rejeitam a cultura africana e afro-brasileira. Além destas questões, tivemos inúmeros momentos de dificuldade, pois as barreiras e os obstáculos são grandes no sentido de não ver resultados imediatos, de perceber que apesar do trabalho realizado,

³O Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial n° 17/2007, aumenta a oferta educativa nas escolas públicas por meio de atividades optativas que foram agrupadas em macrocampos como acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, comunicação, educação científica e educação econômica. [...] O programa visa fomentar atividades para melhorar o ambiente escolar, tendo como base estudos desenvolvidos pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), utilizando os resultados da Prova Brasil de 2005. Nesses estudos destacou-se o uso do “Índice de Efeito Escola – IEE”, indicador do impacto que a escola pode ter na vida e no aprendizado do estudante, cruzando-se informações socioeconômicas do município no qual a escola está localizada.” (MEC, Portal).

as relações preconceituosas ainda persistem entre as crianças. Buscamos estudar durante todo o período, pois para trabalhar com as relações étnicorraciais sentimos a necessidade de um maior aprofundamento para que a prática não fosse infundada e improvisada, principalmente por se tratar de questões sutis, mas perversas e prejudiciais à formação das crianças.

As primeiras atividades foram desenvolvidas tratando dos estereótipos e estigmas que as crianças possuem em relação às pessoas negras e brancas, e em seguida abordamos o continente africano. Durante estas atividades, os estereótipos ficaram estampados, o que permitiu a reflexão sobre o quanto o trabalho com a valorização de pessoas negras, da cultura africana, é importante e necessário para a escola, uma vez que os estereótipos implicam imagens negativas de figuras negras.

As crianças classificavam pejorativamente as pessoas negras, atribuindo-lhes qualidades negativas, tais como desonestidade, feiura, sujeira, enquanto para as pessoas brancas atribuíam qualidades positivas como honestidade, beleza, limpeza. Em relação às profissões, atribuíam aos negros profissões que são mais desvalorizadas economicamente na sociedade, já em relação às pessoas brancas atribuíam as profissões de maior prestígio social.

Investigamos também o que as crianças pensam e o que gostariam de saber sobre a África. Numa das atividades, nós entregamos tiras com questões sobre a África e as respostas mais comuns foram:

“um país muito pobre”; “uma cidade feliz”; “que todos são negros África”; “só tem preto dona”; “Bob Marley nasceu lá né”; “é esfarrapado e tem vários animais”; “legal, mas é muito triste pois existe muitos pobres”. (Diário de Campo, Danielle, 22/08/2012).

A fala destas crianças é fruto de concepções presentes em nossa sociedade capitalista, eurocêntrica, machista, sexista, racista

e excludente. Conforme afirma Munanga (2005), somos frutos e produtos de uma educação eurocêntrica e, a partir desta educação, podemos reproduzir consciente ou inconscientemente muitos preconceitos que permeiam a nossa sociedade. Sendo assim, os instrumentos de trabalho dos professores estão carregados de conteúdos e ideologias que depreciam povos e culturas que não pertencem ao mundo ocidental, e as crianças reproduzem naturalmente estas maneiras de pensar e agir.

No entanto, sabendo que a escola não é apenas local de reprodução de conhecimentos e ideologias, mas também um local de produção e disseminação de conhecimentos, culturas e valores, com o objetivo de transformar a sociedade, os professores amparados por leis, tais como a Lei 10639/03, têm a possibilidade de agir em busca desta transformação. Ao optar por este trabalho desde o início da docência, já estamos adotando uma postura política no mundo, entendendo a escola enquanto um espaço privilegiado para a discussão das diferenças e conscientização dos alunos para a riqueza da diversidade presente na nossa sociedade.

Tentamos assim adotar uma postura crítica em relação a nossa sociedade, diferentemente dos professores que praticam a política do avestruz, conforme afirma Munanga (2005, p.15):

Na maioria dos casos, praticam a política de avestruz ou sentem pena dos “coitadinhos”, em vez de uma atitude responsável que consistiria, por um lado, em mostrar que a diversidade não constitui um fator de superioridade e inferioridade entre os grupos humanos, mas sim, ao contrário, um fator de complementaridade e de enriquecimento da humanidade em geral; e por outro lado, em ajudar o aluno discriminado para que ele possa assumir com orgulho e dignidade os atributos de sua diferença, sobretudo quando esta foi negativamente introjetada em detrimento de sua própria natureza humana.

Partindo destas premissas, entendemos ser necessário e fundamental trabalhar com a cultura africana, uma vez que o resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não é de

interesse apenas dos alunos afrodescendentes, mas sim de todas as etnias, principalmente a branca que tem a suas estruturas psíquicas afetadas ao receber uma educação eurocêntrica (MUNANGA, 2005). Buscamos então trabalhar com imagens positivas de pessoas negras, com o tema da chegada dos africanos no Brasil, por meio do livro *Histórias da Preta*, de Heloisa Pires Lima, assim como trabalhar, por meio do samba, com o tema do negro escravizado,

No entanto, esbarramos com dificuldades no meio do caminho, em razão de estarmos trabalhando com adolescentes do Programa Mais Educação, que é um programa do governo federal. Estas dificuldades se devem não só ao fato de estarmos em um programa novo, que tem como objetivo o trabalho com os conteúdos por meio da ludicidade, de oficina de letramento, mas também em lidar com a recusa de crianças em praticar as atividades. Houve dificuldades também em relação à própria prática, à questão do ter autoridade sem ser autoritário, à questão do diálogo, e, por fim, em relação às próprias propostas de atividades.

Na busca de superação das dificuldades com as atividades práticas, passamos a ter a colaboração de professores da UFSCar. A primeira questão percebida em relação às crianças foi a da identidade da turma, do grupo. Notou-se que há uma ausência de sentido, portanto é preciso que trabalhemos esta identidade. A segunda questão foi a memória coletiva das crianças, a necessidade de resgatar para que então possamos voltar à relação étnicorracial a partir da própria diversidade das crianças.

2 REFLEXÕES SOBRE A IDENTIDADE RACIAL

Iniciamos o trabalho com o resgate da identidade e memória coletiva das crianças, tentando elaborar atividades que as tocassem a partir do que já havíamos planejado anteriormente. Com o livro *Guilherme Augusto Araújo Fernandes*, de Mem Fox, as crianças

realizaram uma atividade semelhante a que o menino realizou com os idosos. Por meio de objetos, trabalhamos também com a memória de fatos importantes e marcantes na vida das crianças. A partir das músicas dos compositores Seu Jorge e Cartola, apresentadas como exemplo, as crianças criaram suas próprias músicas. Desenvolvemos a atividade varal da família, na qual as crianças desenharam suas famílias e discutiram sobre a diversidade de constituição e de mudanças de estrutura, os diversos tipos de família.

A atividade desenvolvida com as crianças, que será discutida mais profundamente, consiste na confecção do 'autorretrato'. O autorretrato é uma técnica utilizada por muitos artistas no mundo inteiro. Na medida em que o indivíduo se autorretrata, reflete como se vê no mundo, reflete sentimentos, pensamentos, e reflete até mesmo o que gostaria de ser ou estar fazendo. Sendo assim, discutimos estas questões, apresentamos artistas que fizeram autorretrato e pedimos que as crianças se olhassem, pensassem um pouco mais em como eram, observando partes do corpo, a cor da pele, do cabelo, dos olhos, a textura, para que assim pudessem fazer um retrato de si mesmas. Após realização do autorretrato poderíamos compará-lo com a imagem na foto da criança e assim tentaríamos buscar semelhanças, diferenças entre a imagem de si mesmo e a representação de si.

Os resultados dos desenhos foram tristes; crianças afrodescendentes com a pele escura desenharam-se e pintaram-se como sendo brancas, de cabelo liso e louro. Quando o desenho foi contraposto à foto para a discussão, as crianças perceberam que haviam se desenhado diferente de sua real imagem. Uma das crianças, a mesma que se desenhou branca, disse – “Sou mais bonito no desenho” – ao ver a sua foto.

Como explicar esta situação? De que maneira trabalhar com a identidade desta criança que está totalmente fragmentada? Por que

as crianças negras de cabelo crespo desenharam-se de uma maneira diferente da que realmente são, e por que as crianças brancas desenharam-se como elas são? Isto é cruel, e é algo que precisa urgentemente ser trabalhado e analisado, pois enquanto a criança não se identifica como pertencente a uma etnia, a um grupo, não sabe qual é sua própria identidade. Então, como ela conseguirá trabalhar com todas as outras coisas se ela nega tudo, nega a si mesma?

Ao olhar estes desenhos, foi inevitável pensar: Qual é a identidade destas crianças? Para entender melhor esta situação, abordo o conceito de identidade embasado nos estudos de Nilma Lino Gomes. Para a autora, o uso popular do termo identidade, mais relaxado e mais irresponsável, produz efeitos contrários sobre o próprio termo, é necessário portanto ter uma sensibilidade para as complexidades do termo e do assunto, o que demanda atenção e consistência no uso que dele se faz (GOMES, 2005).

Para Munanga,

A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc. (MUNANGA apud GOMES, 2005, p. 40).

Sendo assim, o ser humano, desde os seus primórdios, sente a necessidade de atribuir-se uma autodefinição. Para Gomes (2005), a identidade é um recurso fundamental para a criação de um “nós” coletivo, e é indispensável para que este grupo tenha condições de reivindicar um espaço social, político, cultural, econômico. A identidade não nasce com o indivíduo, este vai construindo-a ao longo de sua vida, e ela diz respeito ao modo de ser e estar neste

mundo. De acordo com Gomes (2005), a construção da identidade indica os traços culturais que se manifestam das mais diferentes maneiras, e que definem a condição humana.

A identidade, portanto, não diz respeito apenas à dimensão dos traços culturais da humanidade, ela envolve ainda as dimensões sócio-político e histórico das sociedades. Identificar-se com um determinado segmento social é imprescindível para a reivindicação de direitos que foram retirados ou estão ausentes historicamente. Os grupos que foram segregados na história, como os negros, as mulheres, os indígenas, identificam-se e fortalecem-se na luta pelos direitos por exemplo. Isto nos faz pensar na importância da identidade cultural, histórica, social para as crianças: qual é a identidade que estão formando? Sentem-se pertencentes a algum grupo? Lutarão por seus direitos? Saberão da história do seu grupo social? 'Negar' o seu pertencimento cultural, étnico, histórico é algo muito grave, que implica sérios resultados para a não transformação de sua condição social, intelectual, econômica.

A identidade não significa que há ausência de diferença, pelo contrário, para Gomes (2005),

[...] a ênfase na identidade resulta, também, na ênfase da diferença. Ao mesmo tempo em que a busca da identidade por parte de um grupo social evoca a diferença deste em relação à sociedade ou ao governo ou a outro grupo e instituição, ela possui um processo de elaboração e diminuição das diferenças internas do próprio grupo e dos vários grupos que formam, naquele momento de reivindicação, um único sujeito político. E esse trabalho envolvendo semelhanças e diferenças propicia a articulação entre poder e cultura. (GOMES, 2005, p.41).

É neste domínio da identidade cultural que os grupos segregados recuperam a autonomia e afirmam a diferença. E ainda para Gomes (2005), é como um processo de espelhamento, uma vez que os grupos segregados olham para a sociedade e formam as

imagens a partir da maneira como esta sociedade se vê refletida nos olhos dos outros.

Assim, a identidade é construída ao longo de nossas vidas sociais e não no isolamento; é preciso viver em sociedade, viver o coletivo para construir a ideia que o indivíduo tem de si mesmo. A identidade negra, assim como outros movimentos identitários, também é construída desta maneira.

De acordo com Gomes (2005, p. 42):

A reflexão sobre a construção da identidade negra não pode prescindir da discussão sobre a identidade enquanto processo mais amplo, mais complexo. Esse processo possui dimensões pessoais e sociais que não podem ser separadas pois estão interligadas e se constroem na vida social. Enquanto sujeitos sociais, é no âmbito da cultura e da história que definimos as identidades sociais (todas elas, e não apenas a identidade racial, mas também as identidades de gênero, sexuais, de nacionalidade, de classe, etc.).

Nossa identidade enquanto sujeito é múltipla e dinâmica, e é construída em diferentes momentos, situações, instituições. Na medida em que o indivíduo reconhece a sua identidade pressupõe-se que ele responde afirmativamente ao seu pertencimento num determinado grupo social. O que ficou claro no trabalho deste semestre é que falta a identidade nas crianças, uma vez que elas não se sentem pertencentes aos grupos sociais de referência.

No entanto, sabemos que este processo de reconhecimento não é algo sem conflito, simples, estável, durante o processo há conflito, contradições, ideias que se contrapõem. A construção da identidade negra e do pertencimento étnico/racial não está isenta destes conflitos, é um processo que envolve inúmeros fatores, inclusive a dolorosa situação de negar-se para poder incluir-se em um determinado grupo, conforme observo nas relações entre as crianças, quando as negras falam: “Olha só, eu não sou negro, sou moreninho, ainda bem que não sou negro”.

Portanto, a construção da identidade negra num país como o Brasil é algo muito complexo, uma vez que a nossa sociedade ensina as crianças negras que, para serem aceitas, precisam negar-se. Esta é uma das nossas hipóteses para justificar que crianças negras, com cabelos crespos terem se desenhado brancas, com cabelos lisos, magras, e com todos os estereótipos valorizados pela sociedade.

Há uma emblemática, portanto, entre construir uma identidade sobre sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico-racial por meio da relação com o outro, e a nossa sociedade que ensina a estes indivíduos a negarem e a, muitas vezes, rejeitarem seu pertencimento étnico-racial, cultural, histórico. Quando levamos para as crianças elementos da cultura africana, muitas falas vieram à tona, tais como: “Isso é macumba credo”, “Minha mãe disse que macumba é coisa do diabo”, “Dona, não pode falar negro, tem que falar moreninho porque negro é ofensa”.

Para algumas crianças, a denominação ‘negro’ é uma ofensa. Quando falávamos ‘negro’ as crianças rapidamente diziam: “A dona está sendo racista”, ou seja, a própria palavra ‘negro’ já é sinônimo de racismo para as crianças. Estas falas são fruto de um processo histórico no qual a identidade, na dimensão subjetiva, política e econômica, foi fragmentada, pois ser negro implica ser pobre, feio, escravizado, e, conforme afirma a professora. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, relatora do parecer e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana:

Convivem, no Brasil, de maneira tensa, a cultura e o padrão estético negro e africano e um padrão estético e cultural branco europeu. Porém, a presença da cultura negra e o fato de 45% da população brasileira ser composta de negros (de acordo com o censo do IBGE) não têm sido suficientes para eliminar ideologias, desigualdades e estereótipos racistas. Ainda persiste em nosso país um imaginário étnico-racial que privilegia a branquura e valoriza principalmente as raízes européias

da sua cultura, ignorando ou pouco valorizando as outras, que são a indígena, a africana, a asiática. (BRASIL, 2004, p.14).

Mas de que maneira as crianças poderiam ter outra perspectiva a respeito de sua identidade, se os cabelos bonitos são os lisos, se a pele reconhecida é a branca, se os traços do rosto valorizado são os traços finos? As crianças que diferem desta concepção são discriminadas, como é possível notar nas passagens descritas acima. No entanto, mesmo os negros sendo uma parcela significativa da sociedade brasileira, isto não tem sido suficiente para eliminar as ideologias, as desigualdades e os estereótipos racistas, conforme percebemos na fala das crianças. Portanto, ainda persiste em nosso país um imaginário étnico-racial que privilegia os brancos e valoriza as raízes europeias, ignorando qualquer outra origem.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola tem um papel fundamental na construção da identidade das pessoas independente do pertencimento étnico-racial. Mas ela não pode continuar privilegiando uma cultura em detrimento de outras. Para que as crianças e jovens negros construam uma identidade positiva, possam fazer parte de grupos e segmentos sociais, é preciso um trabalho de reconhecimento de sua história e de sua cultura. Afirmar isso não significa que iremos:

negar a face cruel do período escravocrata é preciso resgatar na História do Brasil uma outra face. Construiu-se a imagem dos escravizados ora como violentos e irracionais (à semelhança de animais), ora vítimas e submissos, distanciando-se em muito, dos sujeitos históricos, atuantes e conscientes que no processo, fizeram escolhas. Resistiram, se conformaram, aceitaram e negaram o que lhes era oferecido. (GARCIA, 2007, p. 19).

As crianças afro-brasileiras precisam conhecer a história do seu povo, deste povo tão importante que construiu o Brasil

juntamente com os indígenas, europeus e asiáticos. Precisamos buscar as referências positivas, afinal, apesar de alguns avanços, onde os negros estão representados? Quais são as imagens que possuímos de negros no nosso país? As crianças brancas de escola pública, embora sejam pertencentes à classe trabalhadora, quando vão desenhar-se não ‘negam’ o seu pertencimento racial, muito pelo contrário, sentem orgulho em desenhar-se branca, bem como ter ancestrais europeus. As crianças brancas falam com orgulho: “Sou descendente de italiano, espanhol”, enquanto as crianças negras não falam “sou descendente de africano”. De acordo com Andrade (2005), na medida em que o indivíduo acumula na memória os referenciais positivos de seu povo, há o sentimento de pertencimento e é natural que reforce a sua identidade.

Ao escolher trabalhar com a educação das relações étnicorraciais, buscamos a aprendizagem entre brancos e negros, a troca de conhecimentos, a quebra de desconfianças, num projeto conjunto para a construção de uma sociedade justa, com igualdade de oportunidades e valorização da diferença (BRASIL, 2004).

Concordamos com Cavalleiro (2003) quando diz que a desvalorização da convivência multiétnica no país contribui com a formação de indivíduos preconceituosos e discriminadores, e a ausência de reflexão pode levar crianças e adolescentes a cristalizarem estas aprendizagens. A escola e nós, como futuras professoras, temos um papel fundamental na transformação social e, apesar das dificuldades encontradas e dos desafios para o trabalho com este tema, acreditamos que conseguimos plantar uma pequena semente nas crianças para que comecem a fortalecer suas identidades, a sentir-se orgulhosas de seu pertencimento racial, adquirindo consciência política e histórica da diversidade brasileira bem como promovendo o combate ao racismo e ao preconceito na escola.

É necessário conhecer as culturas de outros povos. Compreender que os negros manifestaram e também criaram cultura e formas para sua libertação, que não foram passivos, que não foram apenas catadores de algodão e café, que foram exímios produtores de joias, trouxeram consigo conhecimentos tecnológicos, como por exemplo, a técnica da metalurgia e a criação das peças de ferro. Eles lutaram e criaram formas de resistência à escravidão, desenvolveram arte, cultura, entre tantas outras contribuições. Conforme afirma a professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva:

É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Nesta perspectiva, cabe às escolas incluir no contexto dos estudos e atividades, que proporciona diariamente, também as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africana e europeia. É preciso ter clareza que o Art. 26A acrescido à Lei 9.394/1996 provoca bem mais do que inclusão de novos conteúdos, exige que se repensem relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecida pelas escolas. (BRASIL, 2004, 17)

No entanto, como temos noções parciais sobre os fatos, sobre a história, é difícil superar a aparência dos fenômenos e buscar a essência da história. Sabemos muito pouco ou quase nada sobre a África ou sobre outros povos, e é preciso lutar contra esta sobreposição de culturas e a valorização de apenas uma, a europeia, em relação à qual todas as outras são vistas apenas como algo “exótico”, desprovido de valor, como algo estranho a nós.

Portanto, é necessária a construção de uma sociedade onde todos teriam muito a contribuir e a dizer, e é necessária a superação dessa situação em que uma cultura e um povo se sobrepõem a outro em razão de preconceitos, e no Brasil, temos de tratar juntos

indígenas, afrodescendentes, descendentes de europeus e de asiáticos sem medo das tensões, abertos a nossa diversidade, sem que ninguém queira ser o melhor, o superior (SILVA, 2007, p.502).

Sendo assim, a aprendizagem proporcionada desde o início da docência com o trabalho da educação das relações étnicorraciais contribuiu para que nós repensássemos a todo o momento a prática, refletindo sobre tudo o que deu errado e certo. É um trabalho árduo, que exige planejamento, dedicação e postura política, lembrando sempre que o objetivo final da prática docente e do ensinar é sair transformado: nós nos transformamos e transformamos as crianças também. Deseja-se que a escola seja um espaço no qual todas as culturas sejam representadas e valorizadas, e que isso possa contribuir para que o indivíduo que está na escola transforme o seu conhecimento em ativismo na sociedade e lute por uma sociedade igualitária, conforme diz Rosa Luxemburgo, lutasse “por um mundo onde que sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, I. P. de. Construindo a Auto-Estima da Criança Negra. In: MUNANGA, K. **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC/Secad, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africanas**. Brasília: Secad/MEC, 2004.

CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2003.

GARCIA, R. C. **Identidade fragmentada: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira: 1993-2005**. Brasília: Instituto

Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

FOX, M. **Guilherme Augusto Araújo Fernandes**. Trad. Gilda de Aquino. Ilust. Julie Vivas. São Paulo: Brinque-Book, 1995.

GOMES, N. L. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil**: uma breve discussão. In: In: BRASIL. Ministério da Educação. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 36-62.

LIMA, H. P. **Histórias da Preta**. Ilust. Laura Beatriz. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Mais Educação**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12372&option=com_content&view=article/ Acesso em: 26 jun. 2013

MUNANGA, K. **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC/Secad, 2005.

Recebido em: 18/04/2013

Aprovado em: 18/05/2013